

Um acto médico relevante que exige isenção

João Meira e Cruz

Historicamente, o acto médico é individual e vocacionado para a doença, no sentir do doente e do médico, assente num objectivo comum: a vitória sobre a doença.

Com o aprofundamento do conhecimento científico e a explosão tecnológica, a prestação de cuidados de saúde obriga a uma pluridisciplinaridade condicionante do acto individual. Mas este mantém um peso decisivo para um serviço técnico-profissional de qualidade e humanizado no qual a lucidez tarimbada do médico é determinante.

A prática da medicina vocacionada para o doente está a ser substituída por uma prática de serviços, ditos de saúde, muito atentos à perspectiva de negócio, em que o médico (e outros técnicos de saúde) passa para lugar terciário e de mero operariado, desvirtuando-se, tantas vezes, o binómio doente-médico. Uma das motivações desta deriva é, claramente, a tentativa de silenciamento de profissionais que têm a particularidade de exercer interacção com a intimidade dos outros cidadãos e, por essa via, cativarem um certo poder intoleroado pelos mentores do, feroz e desumano, actual dominador da sociedade: o dinheiro. O doente é o centro, enquanto consumidor.

A imposição de normas, regras, procedimentos, sistemas contra-relógio, prioridades administrativas e de gestão, ditaduras economicistas, etc., constroem o exercício da prática médica, enquanto relação livre, humana e desejada, entre doente e médico.

O sistema para tentar livrar-se de responsabilidades atribuí ao exercício da medicina um cariz liberal e apoia uma ideia pública de culpa e erros médicos que são, na maioria, atribuíveis à orgânica do próprio sistema e, a maior parte das vezes,

sem responsabilidade directa e negligente do lado do médico.

Aqui chegado, realço a importância da utilização de um conceito que, tradicionalmente, era limitado ao âmbito clínico e presencial, de carácter quase estritamente técnico, em que dúvidas clínicas eram apreciadas por um outro médico, em regra de grande prestígio e que opinava e, eventualmente, assumia a condução do caso. Esta era a segunda opinião médica com presença do doente e repetição, quantas vezes supérflua, de exames auxiliares.

Tal decorria da limitação de meios, dificuldades de diagnóstico e de confrontação de opiniões, condicionamentos na divulgação do conhecimento, circunstâncias que empolgavam o acto médico individual e magistral. Só alguns tinham facilidade de acesso ao conhecimento e às boas relações (internacionais e institucionais).

Hoje, a livre, célere e dinâmica circulação do conhecimento e de pessoas e bens torna quase instantânea a capacidade de apreciação e discussão clínica. E o registo informático é um auxiliar importante.

As condicionantes adversas actuais, que envolvem o acto médico e a prestação de cuidados de saúde, enredados por políticas, gestões e administrações – mais atentas ao “material” da actividade em saúde do que ao humano e científico – impõem a liberalização da segunda opinião como acto mais pragmático e motivador enquanto apreciação, análise, ponderação e aconselhamento médico baseado no processo clínico, não exigindo, ao cidadão, a sua presença, nem a sujeição a repetições, quando não justificadas, de actos e procedimentos.

Noutros países, é prática corrente, sem preconceitos nem constrangimentos, a prática da segunda opinião médica. Em muitos casos, nomeadamente no âmbito dos seguros de saúde, não há financiamento de certos actos médicos sem segunda opinião. Noutros casos, os

próprios médicos a solicitam.

Os custos atribuíveis à “saúde” são muito onerados com excessos de zelo (*overtreatment*). São várias razões, entre elas a pressão da indústria de materiais, de medicamentos, de novas tecnologias, da gestão, do marketing, da política, etc. Nem sempre para benefício real da saúde das pessoas.

O bom entendimento entre *players* é real e impõe comportamentos. A intervenção do médico é muito pressionada e condicionada por instituições e sistemas, à margem da sua verdadeira convicção profissional e humana. Porque a engrenagem não pode parar (!) e os médicos são meras peças, os eventuais “grão-médicos” são oleados ou postos fora dela.

O enfoque no negócio da saúde, correndo as fundações éticas da relação doente-médico, sugere que a segunda opinião médica deve tornar-se um elemento de ponderação e equilíbrio cada vez mais importante e exigível.

É de realçar que uma opinião médica fundamentada e isenta, seja primeira, segunda ou terceira, é uma opinião qualificada, que converge ou diverge, mas que é, sempre, para auxílio dos decisores dos cidadãos.

Médico e coordenador médico da Best Medical Opinion — Pareceres Médicos & Perícias Médicas

Chegando a Junho



Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

São 21h12 da noite de segunda-feira, dia 25 de Maio. Levanto os olhos e vejo, naquele delicioso minuto do dia que nos é oferecido, depois de o Sol se pôr e antes de a escuridão (cada vez mais preguiçosa) se instalar, um arco-íris a sério, a desvanecer-se como quem consegue ficar pálido sem adoecer.

São boas estas tardes que vão até às nove e meia. Facilmente voltamos a habituarmos-nos a um estado de luz que, bem vistas as coisas, só dura 12 das 52 semanas do ano: do fim do Maio até ao fim de Agosto.

Esquecemo-nos logo dos nove miseráveis meses em que o Sol se punha às cinco da tarde e o tempo estava frio como quem nos quisese obrigar a nunca mais sair de casa.

Este tempo é do amor. É das andorinhas e dos andorinhões que nos visitam por necessidade, por razões não muito diferentes, para nos darem sorte. É o tempo dos primeiros passos na praia. É a altura das ondas que descem para nos receber (e, se pudermos, matar-nos). O ar ainda está fresco mas hoje, quarta-feira, e amanhã, quinta-feira, parece que a frescura, eliminada pelos trinta e tal graus, vai deixar de nos chatear. E, até, de nos ocorrer.

Peço o calor. Chegando a Junho, peço oficialmente o calor que me mande para o mar. Ainda não chegou o tempo das decisões fáceis e da raríssima e deliciosíssima ocasião de se poder dizer, sinceramente, que “só se está bem dentro de água”. Em que a água é a água do mar – e quanto mais fria, comparada com a estufa do dia, melhor e mais bem-vinda.

BARTOON LUÍS AFONSO

O PRIMEIRO-MINISTRO ESPANHOL...



... DIZ QUE VAI GOVERNAR
“MAIS PERTO DOS CIDADÃOS”.



MAIS UM POLÍTICO A QUERER
ESTAR MAIS PERTO DOS CIDADÃOS.
PARECE QUE É UMA NOVA TENDÊNCIA.



NÃO SEI SE NÃO DEVIA SER DEFINIDA
UMA DISTÂNCIA DE SEGURANÇA.



CWS